



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para a maioria das pessoas, elaborar uma prova de vestibular é uma tarefa que se resume a confeccionar um certo quantitativo de questões, seguindo um modelo objetivo ou discursivo. Algo que depende apenas da bagagem de conhecimentos acadêmicos que o elaborador possui acerca da sua disciplina. A realidade é bem diferente disso. Pelo menos é disso que tratamos, quando nos referimos a avaliações de grande envergadura, coerentemente fundamentadas do ponto de vista técnico e, sobretudo, pedagógico, como é o caso do Vestibular Estadual.

Vestibular é uma palavra originária de outra, *vestíbulo*, que é um espaço de acesso à entrada principal de uma construção. A ideia que deriva desse significado original é a de algo que antecede alguma outra coisa. Para a nossa realidade brasileira, vestibular se tornou sinônimo da prova que dá acesso ao ensino superior, um dos rituais de passagem para a vida adulta em nossa sociedade.

Em Portugal, entre 1977 e 1980, o equivalente ao nosso terceiro ano do ensino médio era conhecido como *propedêutico*, ou seja, seguindo a etimologia dessa palavra, um ano de preparação voltado para garantir os conhecimentos essenciais para o ingresso no ensino superior. Era a porta de acesso à universidade.

Esses dois vocábulos traduzem, em alguma medida, a ideia geral do desafio que envolve elaborar um exame de acesso ao ensino superior. Para dar conta dessa tarefa tão complexa, o Vestibular Estadual foi estruturado em duas fases, visando combinar a avaliação de conhecimentos multidisciplinares que, idealmente, todo jovem egresso do ensino básico deve possuir – meta do Exame de Qualificação – com a verificação daqueles conhecimentos que são basilares para o campo profissional escolhido, – função primordial do Exame Discursivo.

Essa concepção da estrutura geral do Vestibular Estadual, muito apropriada à função social desse processo seletivo, por si só, não resolve todos os problemas. Ao contrário, amplia o escopo da empreitada. Basta pensar em algumas questões que envolvem a proposta enunciada no parágrafo anterior. Qual a dimensão mínima de conhecimentos acadêmicos, das diferentes áreas, que todo futuro cidadão deve possuir para prosseguir seus estudos em nível superior, independentemente do curso escolhido? Qual o grau de proficiência matemática, de domínio do idioma e de conhecimentos científicos, que o primeiranista universitário deve apresentar? E na fase de averiguação dos saberes específicos de cada curso, o Exame Discursivo: como estipular o somatório de conteúdos que são pré-requisitos indispensáveis de cada disciplina do ensino médio para cada carreira profissional da universidade? Definitivamente, responder a essas perguntas não é um encargo simples.

Nas chamadas Ciências Humanas, essa tarefa hercúlea envolve alguns obstáculos adicionais. A começar pela dificuldade de definir esse campo tão difuso e sujeito a tantas representações sociais equivocadas. Sem pretensões a apresentar definições fechadas e sem querer nos alongar nesse ponto, temos simpatia pela aceção bastante abrangente do filósofo Michel Foucault: "Pode-se, portanto, fixar o lugar das ciências do homem nas vizinhanças, nas fronteiras imediatas e em toda a extensão dessas ciências em que se trata da vida, do trabalho e da linguagem".

Como selecionar em um campo de saberes praticamente onipresente na vida cotidiana, o conjunto de conceitos, processos e informações mínimas capazes de dar ao cidadão em formação a capacidade de compreender e interferir positivamente sobre a vida em sociedade? E qual a carga de conhecimentos específicos das Ciências Humanas que deve ser esperada dos estudantes que querem ingressar em um dos numerosos cursos universitários mais diretamente vinculados a esse vasto campo de estudos?

É claro que não existe resposta irrefutável a essas perguntas e que seria extremamente pretensioso almejar respondê-las de forma plena. Esses questionamentos tiveram como objetivo despertar para o seguinte ponto de argumentação: a elaboração de uma avaliação de larga escala, com os objetivos apresentados acima, começa muito antes de se pensar nas questões que comporão o instrumento que será aplicado em determinado ano. Ela começa com a difícilíssima missão de elaborar o programa que servirá de base para essa avaliação e, estando este já concebido, apropriar-se dele como alicerce pedagógico para a construção da prova.

Falando das Ciências Humanas no Exame de Qualificação, esse processo de elaboração dos conteúdos programáticos envolve várias camadas de critérios a serem considerados. Em primeiro lugar, antes de se pensar em qualquer elemento que comporá esse documento, é preciso construir e apropriar-se da filosofia educacional norteadora da avaliação. Como disse Cipriano Luckesi: “A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino”.

O Exame de Qualificação (EQ) da UERJ foi concebido dentro da proposta de se afastar do modelo clássico de mera verificação de conteúdos, para ao contrário, concentrar todos os esforços na direção de avaliar um amplo leque de habilidades cognitivas dos respondentes. Para isso, a concepção do Exame tem como subsídio pedagógico, desde a sua primeira edição, uma matriz de competências e habilidades, elaborada sob a batuta da professora Elisabeth Murad, saudosa diretora do Departamento de Seleção Acadêmica da UERJ (DSEA/UERJ) e principal idealizadora do formato atual do vestibular desta universidade. Todos os programas das duas fases do processo seletivo de admissão têm como balizamento geral essa perspectiva de priorizar os processos cognitivos como elementos norteadores da escolha e mobilização dos conteúdos acadêmicos demandados nas questões das provas. Cada questão do EQ remete a essa matriz, explicitados nos objetivos de cada uma delas e publicados semestralmente na Revista do Vestibular Estadual.

Uma segunda camada de critérios para elaboração dos programas é a que envolve a definição do conjunto de conceitos, processos e informações que são essenciais para, uma vez colocadas em ação pelas competências e habilidades da nossa matriz, expressar os conhecimentos considerados essenciais para a totalidade dos estudantes ingressantes em nossa instituição.

A seleção apontada acima não se restringe à dimensão friamente acadêmica. Ela precisa também considerar o perfil da universidade para cujo acesso esse processo de avaliação se destina. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma das maiores e melhores do país, caracteriza-se pelo pioneirismo na implantação do sistema de cotas sociais e raciais e pelo sucesso das iniciativas de incorporação e apoio aos estudantes ingressantes por esse sistema. Manter esse perfil socialmente diversificado sempre foi, e continua sendo, parte do leque de preocupações presentes em todas as etapas de elaboração do Vestibular Estadual.

No que tange ao âmbito acadêmico dessa segunda camada de critérios para a elaboração do programa de Ciências Humanas, há um outro aspecto desafiador. Os conhecimentos das Ciências Humanas que são importantes para constituir o repertório de todos os futuros cidadãos não se restringem às quatro disciplinas que estão formalmente presentes nos currículos do ensino médio: a Geografia, a História, a Sociologia e a Filosofia, esta última com um status diferenciado, em função da sua concepção como um campo de conhecimento distinto, ainda que inseparável, do conhecimento científico. Há conteúdos nos campos da Economia, do Direito, da Demografia, do Urbanismo, entre outros, que fazem parte desse repertório e que, por isso, precisam ser incorporados ao programa e, por conta disso, esse cuidado sempre foi observado na elaboração dos programas de Ciências Humanas do EQ.

Um terceiro conjunto de preceitos na construção programática envolve um princípio muito caro ao Exame de Qualificação da UERJ: o da interdisciplinaridade. Estamos usando o termo aqui no sentido mais simples e claro daquilo que expressa o entendimento da maioria dos estudiosos do tema: utilizar os conhecimentos de diversas disciplinas para compreender um fenômeno complexo. Em outras palavras, é o conjunto de conhecimentos em movimento para atender adequadamente a uma dada situação, a um determinado problema. Essa preocupação com a interdisciplinaridade, destaque-se, não está restrita ao interior das Ciências Humanas, ainda que os diálogos no interior do campo sejam os mais frequentes nas questões do exame.

Vale destacar que essa centralidade dos nexos disciplinares vem sendo aplicada no Exame de Qualificação de forma mais explícita, a partir de 2018, com o diálogo das ciências, que constitui a introdução da prova. Nessa seção, a partir de um mesmo texto base, são propostas várias questões que acionam conteúdos de todas as áreas componentes do exame.

Um último princípio orientador para o desenho dos conteúdos programáticos de Ciências Humanas foi o de garantir a articulação e o trânsito entre escalas espaciais e de análise distintas e entre temporalidades diferentes da História Contemporânea.

Palavras finais

Desse modo, esses fundamentos orientadores do EQ expostos até aqui levaram à decisão de agrupar os conteúdos em três eixos temáticos, cada um deles composto por três conceitos-chave organicamente articulados: sociedade, tempo e espaço; política, cidadania e cultura; economia, trabalho e tecnologia. Cada eixo, por sua vez, agrupa três ou quatro itens que funcionam como agregador temático de segundo nível para um grupo expressivo de conceitos, processos e fenômenos que fazem parte do eixo. Essa configuração assegura enorme flexibilidade para articular conteúdos e para criar questões com situações-problema que demandem a operacionalização das competências e habilidades de nossa matriz. Ao mesmo tempo, favorece a interdisciplinaridade, uma vez que a aglutinação em torno de grandes marcos teórico-conceituais facilita a transversalidade disciplinar na hora de construir as questões do Exame.

Toda essa arquitetura, que garante coerência aos programas e às diferentes edições do EQ, não poderia pecar pelo anacronismo e sucumbir ao risco de fossilização. Por causa disso, os conteúdos programáticos do vestibular Estadual já passaram por várias revisões, contando inclusive com a leitura crítica das Unidades acadêmicas da Universidade.

Munidos desse potente quadro de referência, as bancas começam, todos os anos, a organizar a composição da prova. Seguindo as orientações da coordenação acadêmica do Departamento de Seleção Acadêmica da UERJ (DSEA/UERJ), os elaboradores buscam uma distribuição equilibrada entre os diferentes eixos de cada área do conhecimento e entre os respectivos itens e subitens do programa, de modo a assegurar a amplitude temática da avaliação. Esse olhar precisa ser calibrado tanto para distribuir as questões dentro de cada prova quanto para fazer o mesmo entre a primeira e a segunda edições anuais do EQ. A esse cuidado, agrega-se uma análise retrospectiva. Antes de pensarem sobre a primeira questão que incluirão no Exame, os elaboradores recebem um levantamento dos itens e subitens que foram objeto de avaliação nos três anos anteriores do EQ (seis edições), de modo a evitar a reincidência de conteúdos avaliados.

É a partir daí que a equipe começa a trabalhar colaborativamente para construir questões que atendam à filosofia educacional e à concepção de avaliação expressas pelo programa. Cada texto escolhido, cada comando elaborado, cada gabarito emerge desse amplo quadro de referência pedagógica. Como se vê, a elaboração da prova começa muito antes da elaboração das questões.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas – Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da Aprendizagem Escolar. Rio de Janeiro: Cortez, 2005.

SOBRE O AUTOR

Ronaldo Goulart Duarte, Profº. Adjunto; Instituto de Geografia/UERJ.